

Mudança em conselho ajudará ACM

■ Aliados planejam retardar votação de cassação para indicar senadores que consideram confiáveis para cumprir acordo

FABIANO LANA
E GUSTAVO KRIEGER

BRASÍLIA — Os 16 atuais integrantes do Conselho de Ética do Senado correm o risco de não estar presentes quando finalmente for julgado o processo contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Já começaram as articulações para que o julgamento aconteça depois de 29 de junho, quando o Conselho será totalmente renovado. Por trás da manobra, há duas explicações. A primeira é a vontade do governo de controlar o processo. A segunda é a suspeita de que senadores estejam negociando secretamente o apoio a ACM.

No último fim de semana, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), telefonou para vários parlamentares sugerindo que o processo contra Arruda e ACM seja obstruído e só termine no segundo semestre. Neste caso, o julgamento seria feito pelos novos integrantes do Conselho, que serão escolhidos a dedo pelas cúpulas partidárias. Como os partidos governistas têm a maioria dos votos, controlarão o veredito. Em conversa com senadores de oposição, Renan argumentou que o atual Conselho seria pouco confiável e acessível às pressões de ACM. O sinal de alerta foi dado quando o senador Nabor Júnior avisou ao líder que não votaria de acordo com nenhuma orientação partidária e sim de acordo com sua consciência. Para o Senado, isso significa que Nabor votará a favor de ACM.

Desconfiada, a oposição acredita que o governo quer ganhar as rédeas do processo para manter Anto-

nio Carlos Magalhães sob controle. "O governo quer manter a espada sobre a cabeça de ACM, mas no final vai salvá-lo", avalia um senador oposicionista.

A formação do novo conselho passará pelas mãos do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), do presidente do PFL, Jorge Bornhausen, e do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Eles orientarão os líderes partidá-

rios a escolher os senadores. Antonio Carlos Magalhães terá que negociar com seu próprio partido para manter seus indicados: os senadores Waldeck Ornêlas e Paulo Souto, ambos do PFL da Bahia.

Os senadores do Conselho de Ética são indicados pelos partidos, de acordo com o tamanho de cada bancada. Os nomes indicados são eleitos pelo plenário. Por isso, depois de tomar posse, nenhum sena-

dor pode ser trocado. Com um julgamento tão importante na agenda, os líderes darão especial atenção aos nomes escolhidos. Os três maiores partidos governistas, PFL, PSDB e PMDB concentram 12 das 16 vagas. Vão entregá-las a parlamentares de lealdade comprovada.

Não é o que acontece hoje. Como o conselho nunca tinha tido uma missão relevante até a cassação do senador Luiz Este-

vão, seus integrantes foram escolhidos entre parlamentares de pouca influência. Hoje, é difícil para os líderes controlá-los.

Até o relator Saturnino Braga (PSB-RJ) pode ser trocado, após a análise de seu parecer pelos cinco membros da mesa diretora do Senado. A decisão de substituir Saturnino é de competência do presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), único senador que

regimentalmente tem direito a continuar no cargo até novembro deste ano. Subitamente prestigiado pelo governo, Tebet foi cotado para ser ministro da Justiça ou da Integração Nacional. Recusou ontem.

A Secretaria-Geral do Senado já enviou a todos os líderes partidários um pedido de indicação de nomes para o novo conselho. Nenhum partido da base aliada respondeu. A oposição irá manter seus nomes: Heloísa Helena (PT-AL) e Jefferson Péres (PDT-AM). Já é certo que Amir Lando (PMDB-RO) e Nabor Júnior (PMDB-AC) deixarão o conselho. Lauro Campos (sem partido-DF) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) não poderão continuar.

Não há chances de o atual conselho ser alterado antes da votação do parecer do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sobre a violação do painel do Senado, prevista para acontecer ainda este mês. Neste primeiro momento, os senadores votam apenas a abertura do processo de quebra de decoro parlamentar. Uma provável indicação de cassação, a ser sugerida por Saturnino, terá efeito político, e não regimental.

Após a primeira votação no Conselho, o parecer segue para a mesa diretora do Senado. Só depois da deliberação da mesa começa oficialmente o processo de cassação. Não há prazos definidos para que o relatório de Saturnino seja aprovado pela mesa. Caso haja um atraso de pouco mais de um mês na apreciação da mesa, fatalmente um novo conselho irá votar o pedido de cassação. Uma hipótese, cada vez mais remota, é de prorrogação do mandato do Conselho.